

■ COMENTÁRIOS & PERSPECTIVAS

O preço da credibilidade

Maria Clara R. M. do Prado

Tem toda a razão o presidente do BNDES, André Lara Resende, quando diz que o governo paga agora o custo da erosão da credibilidade.

Ninguém levou a sério as medidas anunciadas nos últimos dias com o objetivo de dar início ao processo de ajuste do setor público.

O próprio governo não fez muito alarde. Não se sabe se por incompetência da área da divulgação ou se por medo da reação dos chamados ministros “desenvolvimentistas”, que não mais poderão empenhar despesas de próprio punho.

Agora, antes de os recursos serem efetivamente gastos, será preciso passar pelo crivo da recém-criada Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF). Com ela, fica mais fácil à área econômica realizar o pretendido corte de

R\$ 4 bilhões nas despesas orçamentárias.

Também permite fazer cumprir a decisão de cancelar despesas empenhadas na rubrica “restos a pagar”, um expediente tipicamente orçamentário, pelo qual se podem comprometer gastos na virada do ano para serem cobertos com recursos do orçamento seguinte. Na época da inflação nas alturas, essa conta acabava sendo comida em boa parte pela desvalorização da moeda.

Passou a pesar mais substancialmente, porém, depois da estabilização. Chegou a acumular atrasados de mais de R\$ 10 bilhões.

É bem verdade que tanto a decisão de cortar o orçamento quanto a da própria criação da CCF são providências que precisam ser testadas na prática. Ou seja, apenas dizer que vai cortar não significa garantia de cortes.

Analistas e consultores teriam por isso mesmo motivos para saudar as medidas com cautela, mas não há explicação racional para a apatia com que o anúncio das decisões foi recebido pelo mercado.

Descontado o fato de que a iniciativa tenha surgido em meio à mais séria crise cambial com a qual o país se viu ameaçado

nos últimos anos, não pode haver dúvidas de que desta vez o governo parece estar disposto a acabar com o profundo buraco que carrega em suas contas.

Mesmo porque levou um susto enorme com o volume de reservas que perdeu em poucas semanas.

Mas, apesar das aparentes boas intenções, de vir desta vez munida de um arcabouço institucional com poder de brear gastos, a iniciativa do governo não sensibilizou.

Mais forte pesou a percepção de que o famoso pacote fiscal de 51 medidas adotadas do ano passado não passou de tiro n'água. Pior. O governo conseguiu fazer com que a situação fiscal piorasse desde então.

Também pegou mal a decisão do Banco Central de não mais divulgar o comportamento da necessidade de financiamento do setor público (que mede a quantas anda o déficit) em bases acumuladas ao longo do ano. A leitura imediata não poderia ter sido outra: se o governo faz isso é porque os números apurados revelaram-se piores do que se projetava.

Tudo computado, sobra para o governo

o custo de ter perdido parte da credibilidade que detinha, sem pestanejar, até meados deste ano.

Isso torna mais difícil reverter as expectativas do mercado, já que a tendência agora é a de aguardar primeiro os resultados antes de festejar medidas apenas anunciadas.

Não apenas André sabe disso. Outros economistas do governo têm consciência de que o cenário complicou-se muitíssimo. Tudo o que vier a ser decidido daqui para a frente tem de ser muito bem avaliado, inclusive em termos da leitura que o mercado poderá fazer.

É que a moratória da Rússia teve um efeito de bumerangue junto aos investidores.

Ficam agora as pessoas de orelha em pé e olhos bem focados, tentando captar indícios ou sinais que prenunciem a possibilidade de moratória em outro ponto do universo dos “emergentes”.

Nesse sentido, ainda é cedo para se saber a leitura que os investidores farão da medida da CCF, envolvendo o acerto da famosa conta-petróleo entre o Tesouro Nacional e a Petrobras.

É que, para limpar supostas dívidas pas-

sadas que o Tesouro teria junto à estatal (por conta de diferencial do preço interno e externo dos derivados de petróleo), decidiu-se efetuar o pagamento através da emissão de um título especial, no valor de R\$ 5,8 bilhões.

Sabe-se que o acerto beneficia temporariamente o Tesouro porque obriga a Petrobras a pagar a diferença que tem acumulado contra si, nos anos mais recentes, depois do barateamento do petróleo no exterior. Isso deve render ao Tesouro, a curto prazo, cerca de R\$ 500 milhões.

Mas a questão central, para a qual todos tendem a olhar, é o aumento da dívida do Tesouro Nacional. Calote voltou a ser a palavra que mais assusta no mercado.

No caso do Brasil, a preocupação tem fundamento. A dívida líquida total do setor público passou de R\$ 308 bilhões em dezembro passado (equivalente a 34,5% do PIB) para R\$ 347 bilhões em junho, ou 38,1% do PIB, sendo quase R\$ 300 bilhões assumida na forma de títulos públicos. Pode chegar ao final do ano em mais de 40% do PIB. ■

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)